

A Dimensão Ética da Avaliação

*Terezinha Azerêdo Rios**

Resumo: O presente artigo procura trazer à discussão o significado da presença da ética no contexto da avaliação educacional. Recorrendo à contribuição da filosofia, busca refletir sobre os valores que se encontram nos gestos de avaliar e sobre as concepções teórico-ideológicas que os orientam. Aponta a existência de uma dimensão moral e política ao lado da dimensão técnica da ação avaliadora. Ressalta a necessidade de se considerar a avaliação, na escola, na articulação com os demais elementos da organização curricular, portanto com o projeto pedagógico ali construído. Com a mediação da ética, indica-se a perspectiva de superar uma prática avaliativa baseada no controle e na dominação e de ir ao encontro de um trabalho pedagógico em cujo espaço se crie a possibilidade de contribuir para a formação de uma cidadania democrática, fundada nos princípios da justiça e do bem comum.

Palavras-chave: avaliação; filosofia; educação; ética; projeto pedagógico, formação da cidadania.

Abstract: The present work discusses the meaning of the presence of ethics in the context of educational evaluation. Taking philosophy as a basis, it reflects on the values that relate to the evaluating act and on the theoretical and ideological concepts that guide that action. The work calls attention to the moral and political dimensions besides the technical dimension of the evaluating action. It also points to the need of viewing evaluation in school as being related to all the elements that compound the curricular organization, that is, to the educational project that is elaborated by the school. Taking ethics as a mediation, the work indicates ways of overcoming an evaluative practice based on control and domination and of envisaging a pedagogical work that will contribute to building a citizenship based on principles of justice and common good.

Descriptors: evaluation; philosophy; education; ethics; pedagogical project; citizenship.

Qual de nós não tem da escola uma recordação, não tem na ponta da língua, no canto da memória, o nome ou o jeito de um “professor inesquecível”?

* Mestre em Filosofia da Educação. Professora do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP.

A educadora e escritora Fanny Abramovich organizou um livro que tem exatamente este título – *Meu professor inesquecível* – e no qual se reúnem “ensinamentos e aprendizados contados por alguns dos nossos melhores escritores”. O livro é da melhor qualidade – encanta e emociona.

O conto de Fanny se chama “Um imenso lápis vermelho”. Se é um conto sobre professor e tem esse título, já se pode adivinhar qual era a marca de dona Linda, a professora “inesquecida” por Fanny. Conta ela:

O instrumento de trabalho favorito de dona Linda era um imenso lápis vermelho, todo-poderoso, que sublinhava erros do ditado ou da cópia, anunciava desacertos nas respostas dos questionários, riscava soluções de problemas de aritmética, exigia repetição infinita de equívocos cometidos até a resposta única e certa ser incorporada. (...) Seu lema: punição sempre! Na dúvida, vá ficar de castigo! Repetição de qualquer informação até sabê-la de cor, sem hesitações nem paradas indicativas de alguma incerteza. (...) Um único critério e uma única regra do jogo: AQUI QUEM MANDA SOU EU, não importa se com razão ou sem razão, por que ou pra que... Vale mais meu berro do que uma discussão. Vale mais meu lápis vermelho do que outro jeito de resolver o problema, mesmo que a resposta final esteja certa. Arrepiante! (Abramovich, 1997: 88/90).

Arrepiante e tão conhecido de tantos de nós, que freqüentamos a escola primária na mesma época, aquela “em que se dizia”, afirma Fanny, “que a escola era risonha e franca”. O pior e mais arrepiante é que ainda hoje, nas escolas modernas e “pós-modernas”, às vésperas do terceiro milênio, o lápis vermelho ainda seja o “instrumento de trabalho favorito” de alguns professores.

Fanny conta que saiu daquela escola quando terminou o primário e voltou anos mais tarde, para concluir o normal. E lembra que reencontrou dona Linda, sem reconhecê-la, pois a professora aparecia “destituída do tamanho-do-medo”.

Deixo aos leitores o prazer de ler o conto inteiro. Quero guardar aqui, para iniciar algumas considerações sobre a presença da ética no espaço da avaliação, o registro que destaquei – *o tamanho-do-medo provocado pelo lápis vermelho*, símbolo de uma forma de avaliar radicalmente oposta àquela que se tem procurado realizar na perspectiva de uma educação progressista e libertadora – uma avaliação sem medo, dialógica, democrática, para a qual se busca a contribuição da ética.

O recurso à filosofia

O espaço em que me situo para trazer minha palavra é o de minha formação e de minha prática – de professora, professora de filosofia, de filosofia da educação. É “à moda da filosofia da educação” que tenho procurado desenvolver meu trabalho. Recorro, portanto, à reflexão filosófica para abordar, ainda que brevemente, nos limites deste artigo, a questão da avaliação no contexto escolar e suas múltiplas dimensões.

Na filosofia, busco referência ao esforço de um exercício permanente de *crítica*, de um olhar que procura voltar-se para a realidade no sentido de vê-la com clareza, profundidade e abrangência. *Ver clarum*, para evitar os elementos que prejudicam nosso olhar, evitar as

armadilhas que se acham instaladas em nós e em torno de nós, nas situações que vivenciamos. *Ver fundo*, não se contentando com a superficialidade, com as aparências – a atitude crítica é uma atitude *radical*, não no sentido de ser extremista, mas de ir às raízes, buscar os fundamentos do que se investiga. *Ver largo*, na totalidade, o que implica procurar verificar o objeto no contexto no qual se insere, com os elementos que o determinam e os diversos ângulos sob os quais se apresenta. Temos o vício de julgar que nosso ângulo é, senão o único, pelo menos o melhor, quando consideramos a realidade. Com humildade, devemos reconhecer que a contradição é uma característica fundamental do real. Ele se apresenta multifacetado e exige um esforço de abrangência para seu conhecimento.

A filosofia se caracteriza como uma *busca amorosa de um saber inteiro*. O filósofo orienta-se num esforço de *compreensão*, isto é, de desvelamento da significação, do sentido, do valor dos objetos sobre os quais se volta. A compreensão é “uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, conciliamo-nos com ela, isto é, tentamos nos sentir em casa no mundo” (Arendt, 1993: 39).

Enquanto busca *amorosa* do saber, o gesto filosófico abriga uma articulação entre uma dimensão *epistemológica* e uma dimensão *afetiva* da relação dos seres humanos com o mundo e com os outros, uma idéia de prender-com, de apropriar-se junto, reveladora de um “coração compreensivo, e não a mera reflexão ou o mero sentimento”, como aponta Arendt (1993: 52). Guarda, ainda, como *busca*, um sentido de movimento, de caminhar constante. E se o saber pretendido é um *saber inteiro*, faz-se necessária uma atitude de admiração diante do conhecido, de surpresa diante do habitual, a fim de conhecer mais e melhor.

O que se costuma solicitar à Filosofia é que ilumine o sentido teórico e prático daquilo que pensamos e fazemos, que nos leve a compreender a origem das idéias e valores que respeitamos ou odiamos, que nos esclareça quanto à origem da obediência a certas imposições e quanto ao desejo de transgredilas; enfim, que nos diga alguma coisa acerca de nós mesmos, que nos ajude a compreender como, por que, para quem, por quem, contra quem ou contra o que as idéias e os valores foram elaborados e o que fazer deles (Chauí, 1981).

A filosofia é sempre filosofia *de*, volta (*re-reflexão*) sobre os problemas que nos desafiam. Como filosofia *da educação* ela buscará, ao lado de outras perspectivas de conhecimento, compreender o fenômeno educacional em todas as suas dimensões, procurará olhar criticamente a tarefa dos educadores e a da escola enquanto instância educativa. Desde já podemos verificar que, num trabalho de avaliação, sua contribuição – que se reveste de uma feição ética – será no intuito de estabelecer um questionamento contínuo de todos os elementos envolvidos no processo avaliativo, procurando, revendo e ampliando seu significado.

A avaliação no contexto escolar

A instituição escolar tem uma tarefa prioritária: servir à sociedade, construindo e socializando a cultura, formando cidadãos criativos, realizando um trabalho de ampliação constante

de uma boa qualidade. É comum utilizarmos o conceito de qualidade como se ele já guardasse uma conotação positiva – dizemos que algo “tem qualidade”, querendo afirmar que é bom. Ora, a qualidade é um atributo essencial da realidade. Há boa e má qualidade nos seres com que nos relacionamos, nas situações que vivenciamos. Portanto, há que estabelecer com clareza o que se qualifica como bom. Definir parâmetros, referências para que se avaliem as práticas e relações.

Avaliar é apontar para o valor. E só se fala em valor no “departamento do humano”, que é o campo do simbólico, da *atribuição de significado*, de sentido. Falar em avaliar implica reportar-se a um olhar que distingue, que *rompe com a indiferença*, que estabelece pontos de referência para apreciação da realidade. É importante chamar atenção para isto: conferir valor significa manifestar-se em relação a algo, não ficar indiferente. Se não há indiferença, a manifestação se dá em relação não a um valor qualquer, mas a um determinado valor. Quando se afirma, por exemplo, que algo é bom, é preciso indagar o que se quer dizer com isto – bom por que, para quem?

Avaliar pressupõe definir princípios, em função de objetivos que se pretendem alcançar; estabelecer instrumentos para a ação e definir caminhos para atingir o fim; verificar constantemente a caminhada, de forma crítica, levando em consideração todos os elementos aí envolvidos. A avaliação tem, portanto, um caráter processual, dinâmico, que faz parte de uma dinâmica mais ampla, a da prática educativa e a da convivência social.

No processo avaliativo, vamos encontrar sempre uma dimensão *técnica* e uma dimensão *político-moral*. Há sempre a necessidade do domínio de determinados conhecimentos e habilidades para realizá-lo e requer-se também dos avaliadores um posicionamento, que se dá em função de interesses e compromissos que se reconhecem no contexto social.

Seria ingênuo pensar que a avaliação é apenas um *processo técnico*. Ela é também uma *questão política*. Avaliar pode se constituir num exercício autoritário de poder julgar ou, ao contrário, pode se constituir num processo e num projeto em que avaliador e avaliando buscam e sofrem uma mudança qualitativa (Gadotti, 1988).

Não há, portanto, neutralidade no campo da avaliação, como não há neutralidade no comportamento social dos indivíduos.

Quando dizemos que avaliar tem a função de (a)firmar valores, estamos dizendo também que negamos a suposta neutralidade do instrumento e do processo de avaliação para admitir que eles são sempre resultado de uma concepção impregnada de valores, sejam eles científico-técnicos, didático-pedagógicos, atitudinais, éticos, políticos, ou outro (Ristoff, 1995: 46).

Ao mencionar as dimensões político-moral e técnica da avaliação, não as devemos confundir com as perspectivas de uma avaliação qualitativa ou quantitativa. No caso dessas últimas, diz-se respeito a uma abordagem metodológica. Quer se dê ênfase aos aspectos qualitativos, quer aos quantitativos, em qualquer processo avaliativo há uma dimensão política e uma dimensão técnica.

Ética, moral e avaliação

Falei em uma *dimensão político-moral* presente na ação de avaliar. E anunciei o propósito de trazer algumas considerações sobre a presença da *ética* na avaliação. É necessário, portanto, distinguir os conceitos de ética e moral, para tornar mais precisa a abordagem que aqui se apresenta.

No cotidiano, os termos ética e moral são usados indistintamente, para indicar a presença de valores que se relacionam com o bem e o mal no comportamento dos indivíduos. Embora as palavras que os designam tenham a mesma origem etimológica, os conceitos incorporaram, em seu percurso histórico, significações diferenciadas. No âmbito da filosofia, hoje, faz-se uma distinção entre eles.

A moral é definida como conjunto de valores, de princípios, de regras que norteiam o comportamento humano. No espaço da moralidade aprovamos ou reprovamos o comportamento dos indivíduos e o designamos como certo ou errado, correto ou incorreto. Quando indagamos acerca de como agir como mulher, como jovem ou como estudante, estamos embutindo em nossa pergunta a expressão “corretamente” – como agir *corretamente* como...?. Há sempre uma expectativa da sociedade em relação ao desempenho dos papéis e nossa conduta é aceita ou rejeitada, na medida em que corresponde ou não a essa expectativa.

A ética é a reflexão crítica sobre a moralidade. Ela não tem a pretensão de definir normas – quando fazemos uma reflexão ética, estamos nos perguntando sobre a consistência e coerência dos valores que norteiam nossas ações de caráter moral, buscamos sua fundamentação, para que elas tenham significado autêntico em nossas relações sociais. A ética pressupõe valores que comandam a ação e a fazem ir além do nível imediato da situação, criando um horizonte em cuja direção a ação se projeta, na busca de seu dever ser (Pessanha, 1993: 3).

Cabe à ética problematizar, perguntar pelo porquê das ações e juízos morais. No terreno da moral, os critérios utilizados para conduzir a ação são os mesmos que se usam para os juízos sobre a ação e estão sempre ligados a interesses específicos de cada organização social. No plano da ética, estamos numa perspectiva de um juízo crítico, próprio da filosofia, que quer compreender, quer buscar o sentido da ação. Há entre a moral e a ética um constante movimento, que vai da ação para a reflexão sobre o seu sentido, os seus fundamentos, e da reflexão retorna à ação, revigorada e transformada.

Assim, no espaço da avaliação, se se encontra sempre uma dimensão político-moral, que se relaciona com o que se julga que deve ser feito em virtude de determinados interesses e compromissos, faz-se sempre necessário um recurso à ética, no sentido de instalar-se uma atitude crítica, que pergunta sobre o fundamento da ação e aponta para a concretização dos princípios do respeito mútuo, da solidariedade e da justiça.

Avaliação, cidadania, democracia

No horizonte da reflexão ética, aponta-se a realização do *bem comum*, a efetivação da *cidadania democrática*.

O bem comum é bem coletivo, bem público. O público é “o pertencente ou destinada à coletividade, o que é de uso de todos, aberto a quaisquer pessoas” (Ferreira, 1975:

1165). É, então, o campo da democracia, como espaço de realização de direitos civis – liberdade de ir e vir, de pensamento e fé, de propriedade; direitos sociais – de bem-estar econômico, de segurança; e de direitos políticos – de participação no exercício do poder – de todos os homens e mulheres. Ao entender o poder como possibilidade de atuação, de interferência e determinação de rumos na sociedade, verifica-se que, se há o desejo de construir uma sociedade realmente democrática, é necessário que a formação dos indivíduos contemple aquelas exigências, que a educação possa formar para a cidadania.

A cidadania é uma condição construída historicamente. Ser cidadão é participar de uma sociedade, tendo direito a ter direitos, bem como construir novos direitos e rever os já existentes. Participar é ser parte e fazer parte – com seu fazer, sua interferência criativa na construção da sociedade, os indivíduos configuram seu ser, sua especificidade, sua marca humana. Se a escola anuncia como seu objetivo a formação de cidadãos, ela terá que construir seu projeto e desenvolver seu trabalho – aí incluída a avaliação – com base nessa concepção.

Talvez estejam no campo da avaliação as questões mais sérias enfrentadas pelos professores em nossas escolas. Primeiro, porque se tem tratado predominantemente de avaliar a *aprendizagem*, mais do que avaliar o *processo educativo*, voltando-se para todos os envolvidos – os professores, os alunos, a proposta curricular. Segundo, porque na avaliação da aprendizagem não se tem procurado avaliar todos os aspectos nela envolvidos – cognitivos, afetivos, atitudinais. Terceiro, porque a avaliação tem-se constituído em um momento, ou momentos determinados, da prática e não algo que nela se dá continuamente. Essa forma de trabalhar a avaliação revela uma concepção que a vê isolada e fragmentariamente no processo pedagógico. Mais ainda: que a concebe como instrumento de medida e controle. É aí, na certa, que encontramos dona Linda, na companhia de alguns professores que acreditam agir “para o bem” dos alunos. Uso a expressão porque ela ressalta o caráter moral do trabalho educativo. O questionamento ético perguntaria por esse bem, pelo seu fundamento, e na certa contribuiria para revelar alguns equívocos na atitude dos professores.

Parece-nos que é exatamente na avaliação que mais negam seus discursos progressistas, que retomam, com mais determinação, a prática do monólogo com o aluno, que usam o espaço para o exercício do poder, um poder que se harmoniza com a ordem social vigente. (...) Não conseguem analisar a avaliação do estudante como apenas uma limitada faceta de um processo mais amplo (Sordi, 1995: 23).

Desvinculada do contexto, enviesada num aspecto isolado, a significativa ação de *olhar criticamente para todo o trabalho de todos* retrai, empobrece, deforma.

Muito diferente é a concepção do processo educativo como processo de crescimento da visão de mundo, da compreensão da realidade, de abertura intelectual, de desenvolvimento da capacidade de interpretação e de produção do novo, de avaliação das condições de uma realidade. Por aqui, começa-se a entender o processo educativo como abertura de janelas ao educando para ver o mundo. Este processo já não pode mais ser medido simplesmente numa balança e nem com fita métrica. *Avaliar agora é verificar como o conhecimento está se incorporando no educando, e como modifica sua compreensão de mundo e eleva a sua capacidade de participar da realidade onde está vivendo.* Este conhecimen-

to incorporado será capaz de ajudá-lo, não apenas a acumular informações, mas a compreender a sua realidade, a entender e participar na mudança social (Rodrigues, 1984).

É importante, portanto, pensar a avaliação no contexto da proposta curricular e esta no interior de um *projeto pedagógico*, elaborado com a participação de toda a equipe escolar e levando em conta as necessidades concretas da sociedade e os limites e possibilidades para a construção coletiva de uma educação democrática e justa.

Se atualmente a discussão em torno da organização curricular amplia a noção de conteúdos, que não abrange apenas os conceitos, mas também os comportamentos e atitudes, é preciso ampliar também a noção de avaliação. Se se pretende realizar uma formação integral, é preciso que a avaliação também o seja. Trata-se de olhar criticamente para todo o trabalho que se realiza na escola e não apenas o do aluno. E quando se voltar para o trabalho do aluno, é preciso que, numa relação de respeito e justiça, os professores e professoras procurem estabelecer princípios e definir instrumentos e ações que encaminhem para os objetivos desejados.

Julgo que o terreno da avaliação é um espaço privilegiado para que se encontre a possibilidade de concretização da proposta de incluir a ética no currículo das escolas como um *tema transversal*, isto é, algo que, não constituindo uma área ou disciplina, articula-se com as áreas “atravessando-as”, de maneira que os professores e professoras possam trabalhar de maneira integrada o conhecimento específico de suas áreas e as questões relacionadas aos valores e ao convívio social (Brasil, 1997). O respeito, a justiça, a solidariedade, o diálogo, que devem estar presentes nas relações no interior da escola e desta com a sociedade, devem ser os referenciais para o estabelecimento de critérios e devem fundamentar o trabalho na sala de aula. “Emitir juízo de valor, ou avaliar se preferirmos, é uma maneira de exercer a vida, e, para melhorá-la é exigido que, humanamente digamos: isto é melhor ou pior; isto é assim, mas devia ser assado; você quer desta maneira, mas eu prefiro daquela” (Alves, 1998: 134).

Envolver todos na discussão, criticamente, permite que se evidenciem os valores e que se dê um sentido coletivo ao compromisso. Dessa maneira poderíamos estar nos distanciando de comportamentos como o de dona Linda e fazendo ganhar um novo significado a idéia de tornar a escola risonha e franca, de verdade – um espaço para a *alegria* de apropriar-se da cultura e participar de sua construção e para a *clareza e justiça* no estabelecimento de regras por todos e para todos, na perspectiva do bem comum.

Referências bibliográficas

- Abramovich, Fanny. (1997). “Um imenso lápis vermelho”, in Abramovich, Fanny (org.), *Meu professor inesquecível*. São Paulo: Editora Gente, pp. 83-91.
- Abramovicz, Mere. (1996). *Avaliando a avaliação da aprendizagem – um novo olhar*. São Paulo: Lúmen.
- Alves, Nilda A. (1998). “Eu avalio, tu avalias, ele(ela) avalia...”, in Oliveira, M.R.N.S., *Confluências e divergências entre didática e currículo*. Campinas: Papirus.
- Arendt, H. (1993). *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Balzan, Newton C. e Dias Sobrinho, José (orgs.). (1995). *Avaliação institucional – teorias e experiências*. São Paulo: Cortez.

- Brasil, Secretaria de Educação Fundamental. (1997). *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília: MEC/SEF.
- Chauí, Marilena. (1981). "A reforma do ensino". São Paulo.
- Conholato, M. Conceição (coord.) (1990). *A construção do projeto de ensino e a avaliação*. Idéias 8. São Paulo, F.D.E.
- Demo, Pedro. (1988). *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- Depresbiteris, Léa. (1989). *O desafio da avaliação da aprendizagem*. São Paulo: EPU.
- Ferreira, Aurélio B. H. (1975). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Gadotti, Moacir. (1988). "Prefácio", in Demo, P. *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- Gama, Zacarias J. (1993). *Avaliação na escola de 2º grau*. Campinas: Papirus.
- Goldberg, M. Amélia e Sousa, Clarilza P. (1979). *A prática da avaliação*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Hoffmann, Jussara. (1991). *Avaliação – mito e desafio – uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Educação & Realidade.
- _____. (1993). *Avaliação mediadora – uma prática em construção*. Porto Alegre: Educação & Realidade.
- Luckesi, Cipriano C. (1990). *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1990). *Prática docente e avaliação*. Rio de Janeiro: ABT.
- Pessanha, José Américo. (1993). "A ética do cotidiano", Entrevista ao jornal *Perspectiva Universitária*, junho, p. 3.
- Rios, Terezinha A. (1997). *Ética e competência*. São Paulo: Cortez, 6ª ed..
- _____. (1995). "Ética e utopia", in Almeida, Cleide R. S. et alii. *O humano, lugar do sagrado*. São Paulo: Olho d'Água.
- _____. (1998). "Avaliar: ver mais claro para caminhar mais longe", in Rico, Elizabeth M. *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez/IEE.
- Ristoff, Dilvo. (1995). "Avaliação institucional: pensando princípios", in Balzan, N. C. e Dias Sobrinho, J. (orgs.). *Avaliação institucional – teoria e experiências*. São Paulo: Cortez.
- Rodrigues, Neidson. (1984). *Por uma nova escola*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- _____. (1987). *Da mistificação da escola à escola necessária*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- Rosales, Carlos. (1992). *Avaliar é refletir sobre o ensino*. Rio Tinto (Portugal): Edições Asa.
- Romão, José Eustáquio. (1998). *Avaliação dialógica – desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.
- Saul, Ana Maria. (1988). *Avaliação emancipatória*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- _____. (1998). "Avaliação participante – uma abordagem crítico-transformadora", in Rico, Elizabeth M. *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez/IEE.
- Sordi, Mara Regina De. (1995). *A prática de avaliação no ensino superior – uma experiência na enfermagem*. São Paulo: Cortez/Campinas, PUCCAMP.
- Savater, F. (1992). *Ética para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes.
- Sousa, Clarilza P. (org.) (1995). *Avaliação do rendimento escolar*. Campinas: Papirus.
- Vaz, H. C. L. (1982). *Escritos de filosofia – ética e cultura*. São Paulo: Loyola.
- Vázquez, Adolfo S. (1975). *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.